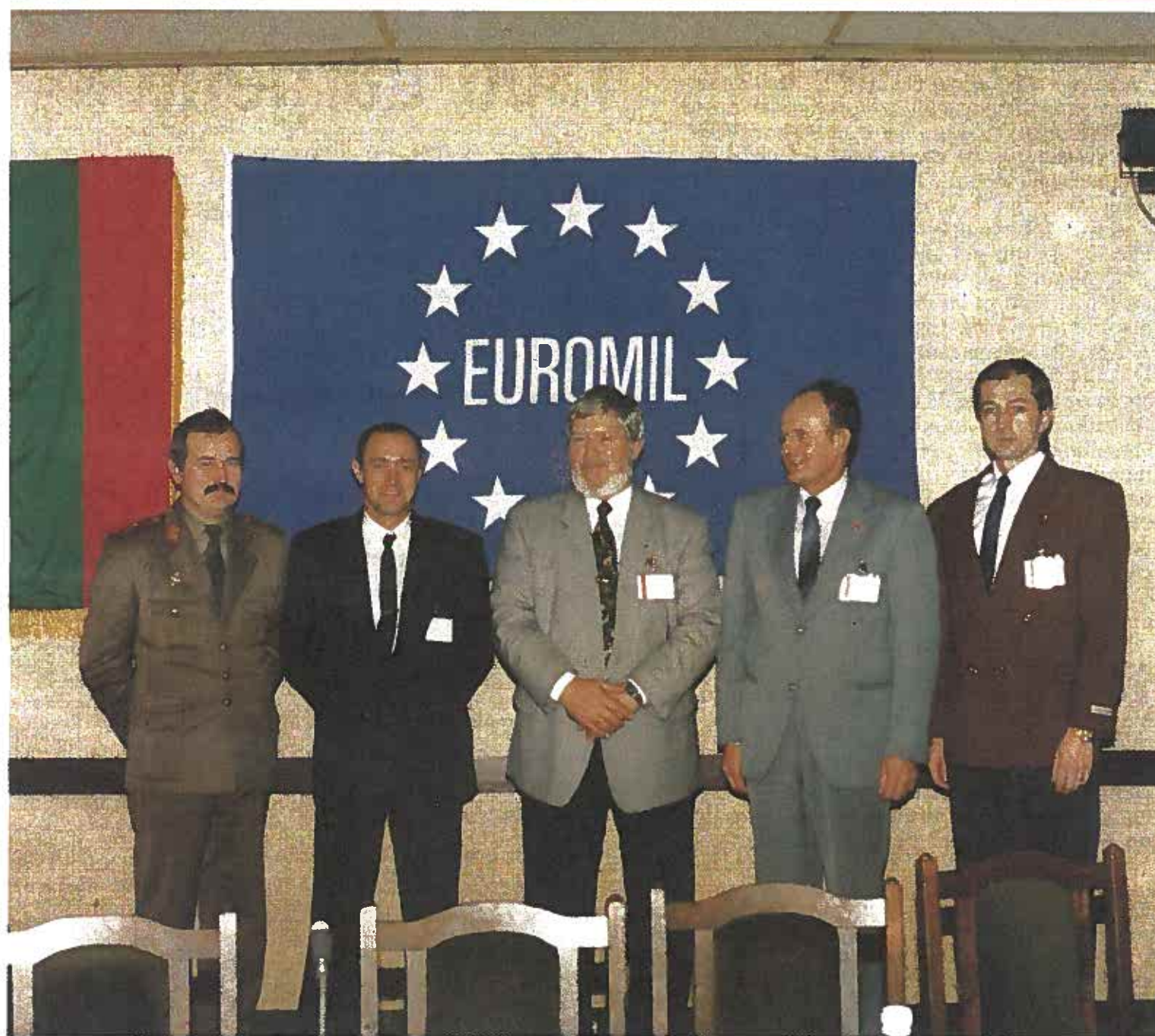


O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Director Armando Parreira • Publicação Bimestral • 150\$ • Mar./Abr. 93 • n.º

11

ANS É MEMBRO DA EUROMIL



A EUROMIL aprovou, por unanimidade, a entrada da Associação Nacional de Sargentos nas fileiras do associativismo militar europeu.

(PÁGINAS CENTRAIS)

O Clube do Sargento da Armada vai adquirir uma sede em Lisboa e iniciar uma nova fase da vida do Clube

(PÁGINA 7)

Há poços de ar no processo de reestruturação da Força Aérea

(PÁGINA 8)

EDITORIAL

Os militares e a Instituição continuam a viver momentos marcados pelo processo de reestruturação das Forças Armadas: as leis orgânicas foram aprovadas; a lei de mobilização e requisição está a ser apreciada; as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e a 2.ª Lei de Programação Militar já encheram as páginas de alguns jornais, o que prenuncia que estarão — finalmente — prestes a ser discutidas e aprovadas; a publicação tardia dos Quadros Orgânicos coloca-os no centro das preocupações.

Já a matéria ligada com a Justiça Militar — Lei de Bases da Disciplina, RDM e CJM — está em adiantada elaboração, o mesmo acontecendo no que respeita às anunciadas alterações ao EMFAR.

Por outro lado, há um vasto conjunto de portarias regulamentadoras por publicar.

Simultaneamente, um conjunto de Unidades preparam o seu fecho ou transferência. O RALIS está a efectivar a mudança para Vendas Novas.

Noutra vertente, militares portugueses da arma de Transmissões partiram para Moçambique, em missão da ONU, e outros permanecem em Angola no quadro do processo de paz. Outros ainda participam, no âmbito da NATO, na operação «Deny Flight» de bloqueio aéreo aos céus da Bósnia. Por fim, temos o recente anúncio de que, em 1995, um oficial da Marinha de Guerra Portuguesa comandará a STANAVFORLAND — Força Naval Permanente da NATO no Atlântico.

Traçado este quadro, interrogamo-nos. E os nossos direitos? A progressão na carreira? Os subsídios actualizados e compatíveis com as missões de carácter e risco novos, onde estão? E as compensações de ordem material e social para os que se vão ver transferidos para outros pontos do país, e consequentemente arcar com os prejuízos daí resultantes a nível pessoal e familiar? E as equivalências académicas e profissionais? E tantos, tantos outros aspectos?... Estas são interrogações justas e pertinentes.

Um oficial português pode ir comandar a STANAVFORLANT (se oficiais de outros países o fazem, por que não um português?), mas isso não pode iludir as dificuldades e problemas com que se debatem os militares da Armada.

Militares portugueses foram para Moçambique no quadro da ONU, mas os problemas da reestruturação e redimensionamento do Exército mantêm-se.

Outros, da Força Aérea, participaram na «Deny Flight», mas as insuficiências de pessoal, logísticos, etc., subsistem.

Não são os anúncios ou os destaques de objectivo mediático que apagam ou iludem factos mais profundos. A verdade é que os problemas existem e não começam nos céus da Bósnia nem acabam no comando da STANAVFORLANT. Há pelo meio Portugal e os seus militares, e esta é

cont. na pág. 2

cont. da pág. 1

EDITORIAL

a fatia maior. Tomar a parte pelo todo é um erro. Valorizar uma parte — a da participação externa — em detrimento da outra seria um erro ainda maior.

É certo que é fundamental a qualquer processo de reestruturação, de modernização, que exista confiança no objectivo, um certo brio, até alguma vaidade, para que se cativem energias. Mas é muito pouco certo que seja pela vertente externa que se alcance esse objectivo. E, sendo verdade que em parte alguma vimos declarado que esta seja a prioridade, é verdade também que é sobretudo nestes aspectos que as notícias vão aparecendo.

Há injustiças grandes que afectam os militares e pensamos que esta consideração é pacífica. A disparidade de condições dadas aos militares portugueses relativamente aos seus congéneres é enorme.

Saberá, por exemplo, o ministro da Defesa, o que diz um militar da Armada quando regressa de uma missão no exterior? Como fala das regalias que tem, da dignidade com que é tratado o sargento mais antigo do navio e o respectivo mestre? Da autonomia (fruto da responsabilidade conferida e elevação de funções dada) atribuída aos sargentos na gestão do seu espaço, do seu convívio?

Pode o objectivo ser, eventualmente, atingido no plano da opinião pública, pouco informada sobre os eixos que norteiam a política da Defesa Nacional e Forças Armadas e que fixam «flashes» que lhe vão sendo passados. Mas os problemas subsistem.

Mas sobrepõe-se a esses «flashes» que não há melhor veículo de prestígio, de esclarecimento, de informação sobre a Instituição do que aqueles que nela servem. E para isso é necessário que se sintam dignificados.

É essa vertente que precisa de ser potenciada, através do estabelecimento do diálogo, do qual resultem medidas visando a dignificação social, material, profissional e cultural dos militares; através da alteração de conceitos que tomaram a forma de lei e que fazem com que as Forças Armadas sejam olhadas como a Instituição dos «Nãos», em vez dos «Sins», embora nalguns casos condicionados.

É para aqui que importa, prioritariamente, canalizar uma parte substancial das energias.

**CARTAS
DOS LEITORES**

**FUZILEIROS
QUE FUTURO?**

Recentemente, um jornal de âmbito nacional trouxe um quadro com as verbas referentes à 2.ª Lei de Programação Militar.

Foi a leitura desse artigo e do quadro que me suscitou escrever para «O Sargento».

Com o fim da guerra colonial e a entrada de Portugal no concerto das nações, seriam de esperar medidas para a adaptação das nossas FA's à nova situação. Refiro-me a medidas que visassem a sua reestruturação, redimensionamento e reequipamento — os três erres.

Todavia, tal não ocorreu. Por força disso, e não só, assistiu-se à degradação crescente da situação no plano do equipamento, das carreiras, enfim, da dignidade e dignificação dos militares e da Instituição.

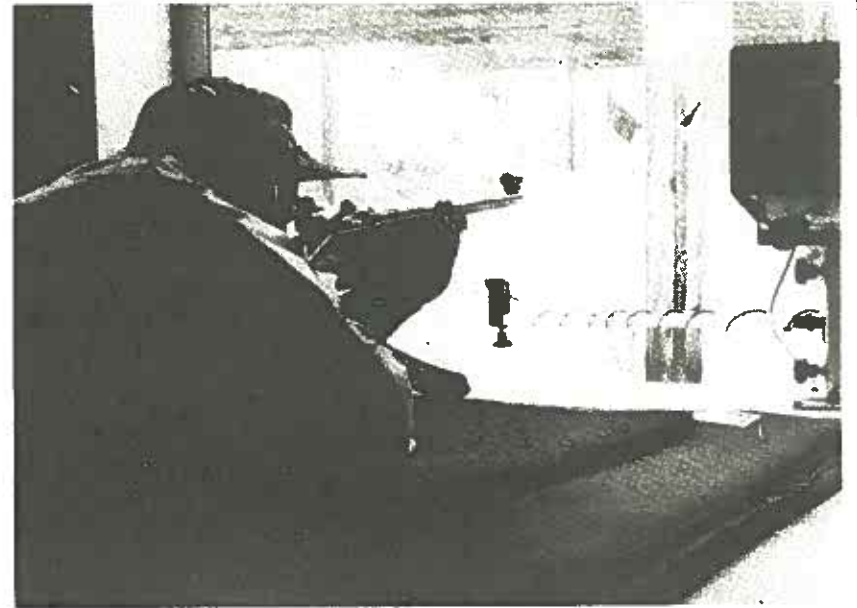
A isto não escaparam os Fuzileiros.

Quando foi encetada a reestruturação em curso e surgiu a ideia da constituição da Brigada Pára/Comando — uma força versatilmente bem preparada, flexível e de mobilidade rápida — pensei que nela também teriam cabimento os fuzileiros. Porém, bem cedo esta ideia desapareceu do meu pensamento com o evoluir das medidas. Pensei então que outro seria o rumo traçado para os Fuzileiros. Entretanto, surgiram na imprensa opiniões de pessoas responsáveis que diziam não vislumbrar futuro para os Fuzileiros. Aqui, invadiu-me a apreensão.

A leitura das opiniões referidas e o quadro antes descrito dissipou, negativamente, as minhas dúvidas.

Na verdade, investir, entre 1993 e 1997, 87 mil contos (60 contos por dia) é o mesmo que nada. E se assim é, então o futuro dos Fz's qual é? O de prepararem o seu fim?

Sarg. Fz Raposo (na reforma)



**1300 sargentos
promovem
petição**

A persistência dos problemas ligados com a aplicação do Novo Sistema Retributivo nas Forças Armadas originou que 1300 sargentos da Armada promovessem uma petição que foi entregue na Presidência da República, na Procuradoria-Geral da República e na Presidência da Assembleia da República.

No documento entregue, os sargentos justificam a iniciativa por «...decorridos três anos de infrutíferas diligências junto da hierarquia militar, estarem esgotadas as vias para a resolução das anomalias, discrepâncias e injustiças surgidas pela aplicação do Novo Sistema Retributivo...».

Como exemplo, referem que «a aplicação do NSR dá origem a que militares no posto de primeiro-sargento, se actualmente permanecessem no posto de cabo, aufeririam um vencimento superior, nalguns casos cerca de 20.000\$00 mensais».

Recorde-se que há muitos meses a ANS entregou na Provedoria de Justiça um estudo sobre o problema, acompanhado por centenas de casos a ilustrar as situações existentes.

Um toque humano da reestruturação das FA's

Cresce entre os militares — permita-se a generalização — o sentimento de indignidade. Tal resulta, substancialmente, da forma como tem vindo a ser executado o processo de reestruturação e redimensionamento das FA's, cuja necessidade, todavia, ninguém questiona. Outrossim, podem ser as diferenças de opinião sobre se esta reestruturação e redimensionamento são os necessários.

Sendo certo que os militares, cada militar, terão as suas opiniões sobre os caminhos que vão sendo trilhados; sendo certo, igualmente, que seria um óptimo contributo que essas opiniões fossem expressas, de forma plural, pelo menos no seio da Imprensa militar, estas são, contudo, matérias da competência exclusiva do poder político. Daí que

a questão da forma seja, para grande parte dos militares, aquela que suscita maior intervenção, também porque é aquela que não só mexe directamente com cada um, como também é aquela em que cada um pode contribuir de forma mais clara para a construção do objectivo colectivo.

Ora, é aqui que o problema se coloca. De facto, numa parte substancial, os militares têm sido ignorados e, naquela fatia para a qual têm dado contributos, o produto final não contempla, muitas vezes, as sugestões e opiniões expressas.

É assim que algumas das medidas que têm vindo a ser aplicadas não só têm lesado, objectivamente, direitos e expectativas, como, subjectivamente, têm vindo a instalar um estado de espírito

negativo relativamente à real participação dos militares e de cada um na construção colectiva de um projecto, de um objectivo: reestruturar e redimensionar.

Perante a prática exposta, impõe-se uma alternativa que passa pela dignidade e dignificação dos militares, a qual é não só credível e necessária, mas a única que pode conjugar o objectivo de reestruturar, redimensionar, etc., com o respeito pelas pessoas, a solidariedade, a dignidade e a dignificação.

Claro está que a tradução prática disto passa, antes de mais, pelo diálogo e pela permanente e clara informação, quanto ao conteúdo e alcance das medidas.

Porque dignificação e dignidade têm conteúdo e são alternativa.



FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS; REDACÇÃO: RUA BARÃO DE SARBOSA, N.º 91-1.º ESQ - 1900 LISBOA; TELEFONE: 8154966; FAX: 8154958; FOTOCOMPOSIÇÃO E MONTAGEM: TEXTAG, LDA.; IMPRESSÃO: GRAFINTER, LDA.; TIRAGEM: 5000 EXEMPLARES; DEPÓSITO LEGAL: 48582/91; REGISTO NA DGCS: 115109.

Quadros Orgânicos instrumento de gestão que tardou e preocupa

O EMFAR contempla no n.º 2 do Artigo 45.º e no n.º 3 do Artigo 178.º a fixação dos quadros de pessoal de cada ramo mediante decreto-lei do Governo. O Decreto-Lei n.º 259/90, de 17 de Agosto, aprovou os Quadros de Pessoal com vigência limitada ao triénio 1990-1992. Ora, impunha-se que antes de terminado o prazo (1992), sássem os novos Quadros Orgânicos. Assim não aconteceu, e tal teve graves consequências.

Dois exemplos:

a) Homens que passaram à reserva por não terem sido promovidos em virtude do atraso na publicação dos Quadros, embora reunissem condições de promoção, porque, entretanto, atingiram o limite de idade.

b) Homens que não aceitaram passar à reserva ou à reforma ao abrigo da Lei 15/92, por estarem à beira de ser promovidos, mas que, devido ao atraso da publicação dos Quadros, acabaram por passar à reserva sem serem promovidos, porque atingiram o limite de idade.

Pensa o Governo reparar tais prejuízos? Não se sabe, mas ninguém acredita que isso se verifique. Assim, mais uma vez é alimentada a desconfiança e o mal-estar, mais uma vez injustiças marcam o processo legislativo. Trata-se de uma constante que, em boa verdade, começa a atingir proporções elevadas.

Isto deveria levar os poderes competentes a assumir, com mais vigor, uma atitude visando corrigir e afirmar que este caminho não pode, porque não deve, continuar a ser empreendido. Só assim a confiança poderia ser restabelecida.

Mas estas graves marcas negativas, perspectivam-se também para os que, nas fileiras, alimentam no seu horizonte legítimas expectativas de carreira.

Limitação de vagas

O decreto governamental estipula no ponto 2 do Art.º 3.º que «... o preenchimento do total das vagas eventualmente existentes não é obrigatório». Isto é, o Governo substituiu o tecto de 1/3 que constava na versão inicial pela versão atrás. Mas será que substituiu a aplicação do conceito (1/3) na prática?

A desconfiança está instalada e em diversos meios a leitura que é feita é que na prática vai ser aplicado o 1/3.

Mas o princípio consagrado no Projecto de Dec.-Lei dos Quadros Orgânicos não viola o Art.º 121.º do EMFAR (?), o qual diz que «é reconhecido a todos os militares dos QP o direito ao acesso aos postos imediatos dentro da sua carreira (...) de acordo com as modalidades de promoção e vagas existentes nos respectivos quadros especiais».

Isto é, existindo vagas e um número de militares em condições de as preencherem, elas devem ser preenchidas. Ou seja, esses militares devem ser promovidos.

Força Aérea

Os Quadros dos efectivos (QP) da Força Aérea, a partir de 30 de Setembro de 1992 e até ao ano 2000, sofrem nos sargentos uma redução total de 773 e nos oficiais de 465 membros. A classe de sargentos tinha 2993 membros, em 30 de Setembro de 1992, em 31 de Dezembro tinha 2594 e no ano 2000 terá 2220.

A redução é geral em todos os postos da classe. Os SMOR eram 64, passam para 23 (!). Os SCHE, de 102 para 82. Os SAJU, de 392 para 330. Os PSAR, de 1948 para 1428. Os SSAR, de 487 para 357.



Os oficiais, em 30 de Setembro de 1992, eram 1719, passando a ser 1464 em 31 de Dezembro, e no ano 2000 serão 1324.

Os generais 4 estrelas eram dois, passam a um. Os generais eram 12, ficam oito. Brigadeiros eram 20, ficam 18. Coronéis eram 93, ficam 74 (!) — mais do triplo dos SMOR. TCOR eram 152, ficam 140 — quase o dobro dos SCHE. Os majores aumentam para muito. De 189 passam a ser 351.

Mais que os SAJU. Os CAP reduzem bastante (!). Eram 905, ficam 448. Os TEN eram 298, ficam 251. Os ALF aumentam de 48 para 63.

Há que ter em conta que há hipótese de ser criado o posto de general de uma estrela.

Prejuízo para a classe

Comparativamente não há

dúvida que o prejuízo é enorme para a classe, tanto em número, como também pela extinção, há muito desejada, da especialidade de piloto (PIL), desde sempre reivindicada só para oficiais.

Daqui se pode inferir que a lei do redimensionamento não foi tanto para os «coronéis», muito menos para os generais, mas sim mais para os sargentos.

Sabemos que não será possível organizar e desenvolver a instituição militar sem dispor de um número suficiente de comandantes.

Mas também se sabe que a prontidão e capacidade da instituição dependerão em grande medida de responsáveis técnicos e de especialistas devidamente preparados.

A nossa concordância com o redimensionamento, sem lesões, com Quadros Permanentes bem redimensionados, foi sempre não só audível, como defendida.

Os Quadros definitivos, agora aprovados com efeito a 1 de Janeiro de 1993, e que irão implicar a adopção de um regime de transmissão até 1 de Janeiro de 1996 e que se prevê perdurem até ao ano 2000, não têm a concordância da classe de sargentos.

Redução de SMOR e SCHE

A vida militar dos sargentos da Força Aérea sempre

lhes apresentou tarefas novas e complexas que lhes têm exigido a renovação constante de conhecimentos para uso e trabalho dos equipamentos, meios técnicos e do material.

Outra função muito importante e útil que sempre lhes coube é a instrução e a educação militar e técnica dos soldados, o que lhes tem exigido formação e preparação especial.

Tudo isso determinou a implantação nas Forças Armadas, na carreira de sargentos, de mais dois postos, SMOR e SCHE, fortalecendo-se assim os quadros de efectivos e elevando-se a capacidade de resposta da Instituição.

A incompreensível redução abrupta dos quadros de SMOR e SCHE não só veio afectar grandemente a carreira da classe, como pode vir a afectar a própria capacidade operativa da Força Aérea num âmbito muito geral.

Por outro lado, a redução generalizada, especialmente nos postos de início de carreira (SSAR e PSAR), com evidente propósito de colmatar necessidades com recurso a militares em regime de voluntariado e de contrato, o que, lamentavelmente, só se prevê praticamente para a classe de sargentos, tentando falsamente diminuir o papel desta categoria na Instituição, vem reduzir em toda a linha a execução e capacidade prática operacional da Força Aérea para cumprir as suas missões, agora chamadas de «nobres missões».

E não será com soluções de carácter excepcional e com o possível desempenho de funções de posto superior (rebuçados de absinto), que se ultrapassará a situação menos digna criada aos sargentos.

As suas qualificações, a sua carreira e direitos, exigem que não se fechem os olhos ao que se passa em desfavor.

Assim, impõe-se combinar razoavelmente a exigência do REDIMENSIONAMENTO com todas as partes necessárias implicadas de molde a assegurar a unidade de vontades e de acção para o cabal cumprimento das missões da Instituição.



ANIVERSÁRIO DA ANS

DEFENDER OS DIREITOS OLHAR O FUTURO COM CONFIANÇA

Quatro anos são passados sobre a fundação da ANS. Anos de luta, esforço e dedicação, na defesa dos mais elementares direitos da classe, pela correcção de injustiças, pela obtenção de um quadro de direitos modernizado, à luz dos princípios constitucionais e de mais tratados e resoluções internacionais de que Portugal é subscritor.

Quatro anos de intimidações, ameaças e punições, mas com serenidade e firmeza ultrapassadas.

Quatro anos de múltiplos contactos, reuniões, encontros e as mais diversas iniciativas de debate, esclarecimento e recolha de opiniões, junto da classe, com vista a pôr de pé propostas e ideias para construir esta casa comum dos Sargentos, de todos os Sargentos.

Quatro anos em que não só muito se fez pela dignidade da classe, com a abordagem de novas temáticas, mas também nos quais se obtiveram vitórias. E se o afirmamos, não é por considerarmos que tudo está feito ou por autovalorização. Se o afirmamos, é porque é importante que exista esta consciência. Houve debilidades e insuficiências; houve o desbravar de novos caminhos e houve vitórias. É assim que entendemos o 4.º aniversário e é assim com esta consciência que olhamos o futuro.

Quatro anos em que os profetas da desgraça não pararam de prever desenlaces negativos, sempre de frases prontas para criticar e dizer: «Não vale a pena».

Pois bem, reafirmamos o princípio que nos tem norteado, que é — **NÃO VALE A PENA ESTAR DE BRAÇOS CAÍDOS E DE CABEÇA BAIXA. ISTO SIM, NÃO VALE A PENA.**

Quatro anos são passados e neles granjeámos reconhecimento e prestígio nacional e internacional.

Quatro anos nos quais, uma vez mais, a classe assumiu passos de valor histórico inapagável, dos quais se destaca a adesão à EUROMIL.

Quatro anos em que nós, Sargentos das Forças Armadas, soubemos cimentar a amizade e a unidade e demos, nos momentos próprios, corpo aos valores da solidariedade em iniciativas inesquecíveis para a nossa história colectiva.

Confiantes na razão que nos assiste. Confiantes num futuro de dignidade, justiça e reconhecimento, prosseguiremos unidos e determinados.

VIVAM OS SARGENTOS DAS FA's
VIVA A ANS

A DIRECÇÃO DA ANS

O Presidente da República da Bulgária, Jerus Jelev, e o representante da ANS, Fernando Fontes, trocaram cumprimentos na cerimónia solene que assinalou o início dos trabalhos do Presidium da EUROMIL.



O breve período em que decorreu a cerimónia solene da abertura dos trabalhos do Presidium da EUROMIL foi suficiente para uma troca de impressões e cumprimentos entre o general Petrov, o chefe do Estado-Maior búlgaro, e o representante da ANS, Fernando Fontes. Por cá, a ANS espera esse momento há muito tempo. «Santos da casa...»



A Associação Nacional de Sargentos é membro de pleno direito da EUROMIL. O Presidium desta organização Europeia, reunido em Sófia, na Bulgária, nos dias 9, 10 e 11 de Março, aprovou, por unanimidade, a admissão da ANS na EUROMIL. Ainda nesta reunião, a ANS, por intermédio do seu representante, Fernando Fontes, já participou nas decisões da organização.

Curiosamente, nas primeiras quatro votações em que participou, os votos da ANS foram favoráveis às questões em apreço. As votações diziam respeito à transição do carácter provisório para permanente da Comissão da EUROMIL para o Bem-Estar e Segurança no Local de Trabalho; à admissão na EUROMIL das associações checa e eslovaca, criadas aquando da divisão das Forças Armadas daquela Federação; ao orçamento da EUROMIL e ao adiamento para a próxima reunião do Presi-

PRIMEIRAS ANS EM

dium da fixação da quota das organizações membros.

Na primeira intervenção no Presidium da EUROMIL, Fernando Fontes, tesoureiro da ANS, traçou o ainda breve mas já rico e vasto histórico da Associação. Falou dos objectivos que a ANS se propõe alcançar e das dificuldades que para isso precisa de vencer e expôs as propostas e as necessidades de apoio da ANS para prosseguir mais eficazmente com esses objectivos e levá-los a bom termo. Por fim, depois de reafirmar o empenho e a esperança que a Associação deposita no cumprimento dos seus objectivos, expres-

sou o reconhecimento ANS pelo caloroso acolhimento que lhe foi dispensado ao entrar no seio da EUROMIL.

Cerimónia solene

Na abertura solene dos trabalhos do Presidium da EUROMIL, no dia 9 de Março assistiram à cerimónia o Presidente da República da Bulgária, o ministro da Defesa, o ministro do Interior, o secretário de Estado da Defesa e o chefe do Estado-Maior do Exército da Bulgária, presenças que patentearam atenção e o interesse dispensados naquele país à temá-



Troca de cumprimentos entre o presidente da Bulgária, Jerus Jelev, e o presidente da EUROMIL, Jens Rotbooll. A atenção dispensada na Bulgária à reunião do Presidium e à EUROMIL ilustram o apreço e o interesse com que as questões do associativismo militar são acompanhadas naquele país



Pela primeira vez, um representante da ANS participou, como membro de pleno direito, na reunião do Presidium da Euromil. Foi o culminar de um longo percurso de contactos e de conhecimento recíproco entre as duas organizações e é o início de uma nova fase da vida da Associação

A PARTICIPAÇÃO DA REUNIÃO DA EUROMIL

do associativismo militar e à EUROMIL.

O Presidente da Bulgária, Jerus Jelev, no discurso que proferiu na abertura da sessão do Presidium, referiu-se à EUROMIL como exemplo da cooperação construtiva dos militares e manifestou esperança e confiança no contributo dos militares para o fortalecimento da paz, segurança e estabilidade na Europa.

Presidium

A reunião magna do Presidium da EUROMIL durou cerca de sete horas, com uma ordem de trabalhos de

15 pontos, o primeiro dos quais se referia ao relatório da actividade internacional da EUROMIL, apresentado pelo presidente, Jens Rotbooll.

Entre as matérias de maior interesse para a ANS que a seguir se trataram, o Presidium debateu a necessidade de ser criado um gabinete de tradução e compilação de toda a legislação e documentação existentes, ao qual todas as associações poderão recorrer para se actualizarem e informarem acerca de qualquer matéria que diga respeito ao pessoal militar.

Importante foi, também, a disponibilidade manifestada

pelos membros do Presidium no sentido de facultar à ANS todo o tipo de legislação sobre o direito de associação e consulta dos militares em vigor nos respectivos países.

Os representantes das organizações presentes também demonstraram grande solidariedade e apreço pelo trabalho que os sargentos portugueses têm desenvolvido para a conquista dos direitos fundamentais de associação e de consulta e disponibilizaram-se para, a partir dos seus respectivos países e nos órgãos europeus a que pertencem, envidarem todos os esforços necessários para que esses direitos pos-

sam ser reconhecidos.

O Presidium da EUROMIL agendou a sua próxima reunião para Bratislava, de 30 de Setembro a 2 de Outubro deste ano.

Comissões

Antes da reunião do Presidium, decorreram as reuniões da Comissão da EUROMIL para a Segurança e o Bem-Estar no Local de Trabalho e da Comissão para os Direitos Sociais.

A Comissão para a Segurança Social e o Bem-Estar no Local de Trabalho analisa as condições de segurança e de bem-estar nos locais de

trabalho dos militares nos diferentes países membros, de acordo com normas europeias e aprovadas pelo Parlamento Europeu. Depois dessa análise, estuda as medidas a tomar e as políticas a seguir no sentido de que todas essas normas sejam postas e prática.

Esta Comissão elaborou um questionário que enviou às associações, no sentido de apurar qual a legislação sobre segurança e bem-estar existente em cada país e qual a participação dos militares nas discussões destas matérias. Responder a este inquérito será uma das primeiras

tarefas da ANS no âmbito da EUROMIL. Para a realizar será necessário fazer um levantamento sobre o bem-estar e a segurança nos locais de trabalho, a nível nacional, e reunir a legislação em vigor.

Direitos sociais

A Comissão para os Direitos Sociais analisa o impacto social causado aos militares e às respectivas famílias por determinadas medidas tomadas pelos governantes dos diferentes países. Esta Comissão não interfere de forma alguma nas políticas seguidas por cada país, mas relata formas encontradas para que sejam minimizados os efeitos negativos de eventuais medidas tomadas.

Esta Comissão vai reunir em Viena, no dia 2 de Setembro, para analisar formas de proporcionar aos militares um máximo de regalias sociais que permitam uma maior motivação para o desempenho das respectivas funções.

► Solidariedade com ASPP

Diversas individualidades, entre as quais deputados, autarcas e sindicalistas, reafirmaram a sua solidariedade aos dirigentes da Associação Socio-Profissional da Polícia — ASPP — que estão a ser alvo de processos persecutórios por terem expressado publicamente o seu antagonismo com a tutela. A sessão, simbolicamente realizada no dia 21 de Abril último, relembrando a data da célebre manifestação dos polícias no Terreiro do Paço, foi presidida pelo ex-Provedor de Justiça, Doutor Almeida Ribeiro.

A Associação Nacional de Sargentos fez-se representar nesta iniciativa e manifestou «a mais profunda e sentida solidariedade à Associação Socio-Profissional da Polícia e aos seus dirigentes que são alvo de processos persecutórios».

A mensagem da Associação realçava que a ANS e a ASPP «partilham o difícil caminho do reconhecimento de direitos já consagrados na Constituição da República Portuguesa aos que, servindo a democracia, se vêem impedidos de usufruir na sua plenitude».

► Holandeses contactaram ANS

Sargentos de dois navios da Armada Holandesa contactaram com a ANS, no quadro das relações existentes entre a

ANS e as suas congéneres holandesas. A bordo de um dos navios foi oferecida à direcção da Associação uma recepção que proporcionou um aprofundamento do conhecimento das experiências de cada uma das organizações e o fortalecimento da amizade.

Este encontro evidenciou, também, o exemplo das Forças Armadas Holandesas, nas quais se demonstra que o associativismo e o diálogo institucional não só são possíveis, como também benéficos.

► Militarizados de Marinha

A Associação Nacional de Militarizados da Marinha teve um vasto conjunto de audiências, das quais se destaca a concedida pela Casa Militar da Presidência da República, no quadro da actividade que aquela Associação tem vindo a desenvolver com o objectivo de dotar o pessoal militarizado da Marinha de um estatuto profissional, bem como contribuir para o encontrar de uma solução que dote o Sistema de Autoridade Marítima de instrumentos capazes de o potenciar para o desempenho dos seus objectivos.

Como é já conhecido, o Governo prepara um conjunto de diplomas respeitantes a este quadro de pessoal, bem como ao Sistema de Autoridade Marítima. Na opinião da ANMM, os «projectos governamentais contêm um conjunto de aspectos que causam apreensão» e citam como exemplo «o problema das relações funcionais existentes entre a Polícia Marítima e os Troço-Mar». Adiantam que, sem que se entenda com que sentido, o Governo perspectiva que «a Polí-

cia Marítima fique no Sistema enquanto os Troço-Mar passam para o quadro do pessoal civil da Marinha».

Aspecto considerado grave é a intenção constante dos projectos de manter a Polícia Marítima com o carácter militarizado. Para a ANMM não há qualquer razão que tal justifique.

► 25 de Abril

A25A — A Associação 25 de Abril promoveu, no Pavilhão Carlos Lopes, o tradicional almoço-convívio comemorativo do 25 de Abril. A Associação promoveu, também, iniciativas comemorativas noutros pontos do país — Porto, Coimbra, Castelo Branco, etc.

CSA — O Clube do Sargento da Armada realizou, na noite de 24 de Abril, um convívio evocativo do 25 de Abril, com Porto de honra e convívio musical.

CMN — O Clube Militar Naval também assinalou a data do seu tradicional convívio na noite de 24 de Abril, o qual contou também com música ao vivo.

CPA — O Clube de Praças da Armada promoveu, no dia 25 de Abril, um almoço-convívio em que participaram mais de uma centena de praças.

► Vantagens para sócios da ANS



HIPERPNEUS, S.A.

Um acordo firmado entre as ANS e a empresa «Hiperpneus» confere aos só-

cios da Associação descontos na tabela de preços daquela empresa e respectivos representantes, mediante a apresentação do cartão de sócio.

Os descontos são de 40% na compra de pneus novos, com montagem gratuita; 30% de desconto nos lubrificantes «Galp», com mudança de óleo gratuita; 20% de desconto no alinhamento de direcção e equilíbrio de rodas.

► 31 de Janeiro em Chaves

Por lapso, não referimos no último «O SARGENTO» a iniciativa comemorativa do 31 de Janeiro, promovida pelos sargentos de Chaves.

Aqui fica o reparo e nosso pedido de desculpas aos sargentos de Chaves. Junto segue um abraço.

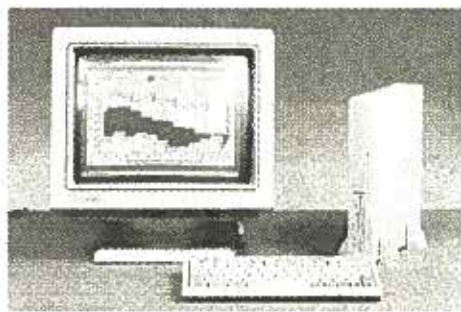
► Sede do CSAERO

Com a realização de uma Assembleia Geral, no dia 27 de Março, foi simbolicamente inaugurada a sede social do Clube de Sargentos de Aeronáutica — CSAero, situada na Av. João Paulo II, lote 540 — loja 9 — 1.º piso (zona J de Chelas), em instalações cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa, a título precário.

A sede do Clube funciona todas as quartas-feiras, das 10 às 13 horas e das 14 às 18 horas. Os transportes públicos para o local são os autocarros das carreiras 57, 59, 3 e 103.



IMC — INDÚSTRIA, MONTAGEM E COMÉRCIO DE COMPUTADORES, LDA.



COMPUTADOR IMC B5

PROCESSADOR	80386 SX - 20 MHz; SOCKET PARA COPROCESSADOR
MEMÓRIA	2 MB DE BASE; EXPANSÃO MÁXIMA ATÉ 16 MB
VIDEO	PLACA SUPER VGA 1024 x 768
MEMÓRIA DE MASSA	1 DRIVE DE 3,5" - 1.44 MB; DISCOS DE 40 MB ATÉ 211 MB
INTERFACES	1 PORTA PARALELA; 2 PORTAS SÉRIE
SLOTS DE EXPANSÃO	1 SLOT DE 16 BITS PARA PLACA LAN OU FAX/MODEM
TECLADO	ENHANCED DE 81 TECLAS
MONITORES	SVGA DE 14" MONO OU POLICROMÁTICO
FONTE DE ALIMENTAÇÃO	AC 90 V A 250 V. 35 Watts
DIMENSÕES	26 cm x 19,5 cm x 4,7 cm
PESO	3,2 Kg

IMC — INDÚSTRIA, MONTAGEM E COMÉRCIO DE COMPUTADORES, LDA.
PRAÇA JOÃO DO RIO, 9 - 3.º ESQ.
1000 LISBOA

COMPUTADORES IMC

MODELOS TOWER
" 488 TW - 25 Mhz

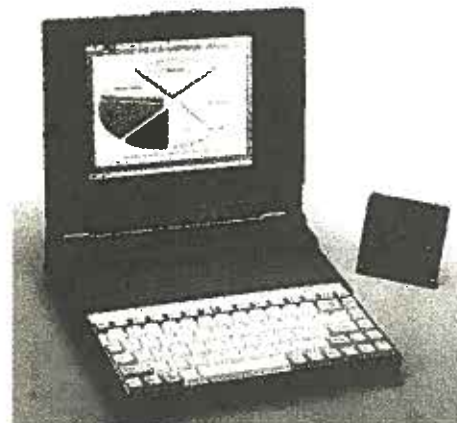
MODELOS DESKTOWER
" 488 DX - 33 Mhz
" 386 DX - 40 Mhz
" 386 DX - 25 Mhz
" 386 SX - 25 Mhz
" 286 S - 20 Mhz

MODELOS DESKTOP
" 386 DX - 25 Mhz
" 386 SX - 25 Mhz
" 286 S - 20 Mhz

MODELOS SLIM TOWER
" 386 SX - 20 Mhz
" 286 - 16 Mhz
" 286 - 12 Mhz

NOTEBOOK

" NB340 - 386 SX - 20 Mhz - DISCO 40 Mb
" NB360 - 386 SX - 20 Mhz - DISCO 60 Mb



SOFTWARE

- CONTABILIDADE; FACTURAÇÃO; GESTÃO DE PESSOAL
- GESTÃO DE ARMAZÉNS
- GESTÃO DE CONDOMÍNIOS
- GESTÃO DE PONTOS DE VENDA

ALUGUER DE EQUIPAMENTO

CRÉDITO IMC

PARA MAIS INFORMAÇÕES:
TELEFONES: 848 21 23 / 848 00 01
FAX: 848 00 40

CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA

SEDE NOVA VIDA NOVA

«O SARGENTO» realiza, neste e nos próximos dois números do jornal, entrevistas com os presidentes dos clubes de sargentos dos três ramos das Forças Armadas. Pretende-se, neste conjunto de entrevistas, dar a conhecer os vários aspectos da vida dos clubes, as suas actividades e as dificuldades com que se defrontam.

Começamos por entrevistar o Presidente da Direcção do Clube do Sargento da Armada, primeiro sargento Mendes, a propósito de uma nova etapa da vida do CSA, iniciada quando a Assembleia Geral, realizada em Abril passado, decidiu adquirir uma sede social para o Clube, em Lisboa.

O Clube do Sargento da Armada atravessa, assim, uma fase crucial da sua existência. A actual sede social, em Lisboa, é alvo de um processo de despejo que se arrasta há anos e condiciona, desde essa altura, a programação da actividade do Clube. Curiosamente no ano em que comemorou o 18.º aniversário, o Clube decidiu libertar-se daquela limitação e procurar uma nova sede social para prosseguir as suas actividades com estabilidade.

«O SARGENTO» — A sede social do Clube do Sargento da Armada está a ser alvo de uma acção de despejo que tem afectado a vida do Clube. Qual é o ponto da situação desse processo?

Sarg. Mendes — Nesta altura, o contencioso está no Tribunal da Relação de Lisboa. As diligências que temos efectuado junto do Ministério Público permittem-nos prever que o processo irá até ao Supremo Tribunal, mas não temos a certeza.

«O SARGENTO» — Qual é a perspectiva para o despejo do processo?

Sarg. Mendes — Não temos grandes perspectivas. Mas claro que mantemos ainda alguma esperança num despejo favorável.

Sede nova

«O SARGENTO» — Entretanto, o Clube decidiu adquirir uma nova sede?...

Sarg. Mendes — Sim. No dia 17 de Abril a Assembleia Geral do Clube apreciou e aprovou um estudo baseado nalguns edifícios que vimos em Lisboa, o qual apontou para a aquisição de um imóvel, mais ou menos no valor de 60 mil contos. Agora vamos procurar o melhor espaço possível, que sirva os interesses do Clube e dos sócios.

«O SARGENTO» — Esta

decisão é um marco importante na vida do Clube. Como é que caracteriza esta nova etapa?

Sarg. Mendes — A decisão da última Assembleia Geral foi um passo importante que os sargentos da Armada e os sócios desta casa deram. Isto porque nós próprios, enquanto direcção do Clube, sentíamos-nos amarrados e sem perspectivas de futuro, mesmo para o futuro imediato, porque não sabemos até quando teremos a actual sede. Não sabemos se daqui a um mês ou daqui a quinze dias ainda cá estamos.

Como esta situação tanto se pode manter por uma semana como por alguns meses, era muito difícil à direcção tomar decisões e pensar na realização desta ou daquela actividade. Nós precisávamos de nos libertar desta situação para podermos pensar nas actividades que os sócios desejam e que nós queremos realizar.

Vida nova

«O SARGENTO» — Em que aspectos irá melhorar a actividade do Clube com a aquisição da nova sede?

Sarg. Mendes — Poderá haver melhoramento, por exemplo, nos serviços prestados aos sócios. Neste momento não temos grandes condições para prestar esses serviços, quer no restaurante quer no apoio logístico. Isto porque a sede está praticamente vazia, uma vez que tivemos necessidade de nos acautelarmos e tirarmos dela uma parte do recheio, pelo menos aquela que não fazia tanta falta.

«O SARGENTO» — Quais são as actividades, normalmente, promovidas pelo CSA?

Sarg. Mendes — Nós levamos a efeito actividades em todos os campos, na área cultural, desportiva e recreativa. Mas, também nesse domínio, a situação é grave aqui na sede. Por exemplo, nós temos receio de projectar uma actividade para dois ou três meses porque nessa altura poderemos já cá não estar.

Claro que na delegação do Feijó continuamos a ter as nossas actividades regularmente.

Delegação do Feijó

«O SARGENTO» — A delegação do Feijó é uma parte importante do Clube. Qual é a função da delegação?

Sarg. Mendes — A delegação, como está na margem Sul, não dá um apoio tão grande aos sócios como a sede, que está localizada em Lisboa. A delegação será mais uma casa que, no seu dia-a-dia, dá apoio aos sócios daquela zona. Claro que, nesse desempenho, é palco de inúmeras iniciativas, desde os colóquios aos bailes e às actividades desportivas. Devo realçar, também, que a delegação é propriedade do Clube e, tal como se pretende fazer hoje com a sede social, foi adquirida com o esforço e muito empenho dos sargentos, particularmente dos sócios.

«O SARGENTO» — Ainda quanto às actividades do Clube, que tipo de iniciativas promove, nos domínios da cultura, desporto e recreio, como referiu?

Sarg. Mendes — No âmbito recreativo promove convívios, muitos deles ao ar livre, para os sócios e respectivas famílias, organiza bailes e outras actividades características das colectividades. No aspecto cultural promove, por exemplo, exposições e colóquios, estes muitas vezes sobre temas da vida profissional dos sargentos, como o que foi realizado sobre a Lei da Programação Militar, e outro que se irá efectuar no dia 27 de Maio, na delegação do Feijó, sobre a Lei do Serviço Militar, a Marinha e a Nova Organização.

No campo desportivo, promovemos um vasto conjunto de actividades, para os sócios e seus familiares, como a ginástica de manutenção, a aprendizagem e o aperfeiçoamento da natação, etc.

Além disso, tentamos participar no movimento associativo das regiões onde estamos inseridos. Participamos em torneios de futebol, atletismo e outros ds juntas de freguesia, das câmaras municipais, das colectividades, etc.

A implantação do clube

«SARGENTO» — Quantos sócios tem, actualmente, o Clube do Sargento da Armada?



Sarg. Mendes — Relativamente aos sócios efectivos, a numeração vai, neste momento, em 5394. Mas este número não é real porque nele não está abatido o número de sócios que entretanto, ao longo do tempo, por uma razão ou por outra, tiveram de abandonar o Clube. Estes deverão rondar os 800, pelo que o Clube tem, efectivamente, cerca de 4500 sócios.

Isto é o que diz respeito aos sócios efectivos, que são os da Marinha. Depois, há ainda os sócios correspondentes, que são sargentos que pertencem a outros ramos das Forças Armadas. Nestes, vamos na numeração 362; simplesmente, a grande maioria, não tem as quotas atualizadas. Gostaria, até, de aproveitar a oportunidade para dizer a estes sócios que devem regularizar a sua situação, até porque o Clube vai viver uma época difícil em termos monetários e seria importante a sua ajuda.

«O SARGENTO» — Como é que o Clube está implantado na classe? Como é que tem evoluído o número de associados no Clube em relação à totalidade dos sargentos?

Sarg. Mendes — O Clube está mais ou menos bem implantado, embora, nos últimos anos, tenha havido um pequeno decréscimo na camada mais jovem. Isto por variadíssimas razões. Porque o movimento associativo, em geral, sofre influências dos tempos que correm. Mas pensamos que o associativismo está a ganhar de novo um certo «elan»...

«O SARGENTO» — Então porquê a actual recessão?

Sarg. Mendes — Isso é um caso nacional. Há muitos factores. A sociedade evoluiu. Hoje, um jovem não vê uma colectividade da mesma maneira que via há uns anos. Se calhar prefere uma discoteca ou outra coisa do género onde se sente mais à vontade, diverte-se mais.

Os jovens

«O SARGENTO» — O Clube tem procurado responder a essas necessidades desses jovens?

Sarg. Mendes — Temos feito os possíveis para isso. Mas claro que a situação da sede nos tem condicionado. Se não fosse essa situação teríamos já criado um espaço dedicado aos jovens, onde eles se sentissem mais à vontade.

Isto, só por si, não serve de justificação, mas tem-se notado, efectivamente, um decréscimo de associados no clube entre as camadas mais jovens. Por outro lado, não é fácil competir com outros polos de congregação dos jovens.

«O SARGENTO» — Há alguma estratégia de aproximação a esses jovens para o tentar cativar para o Clube?

Sarg. Mendes — Sim. Nós continuamos a tentar ir junto deles e dizer-lhes o que é o clube. Uns com mais dificuldades, outros com menos, vamos conseguindo fazê-los sócios e fazer com que eles integrem esta família.

Mas, por outro lado, esta situação é normal. Há sargentos com vinte anos que não sentem, nessa altura, necessidade de se fazer sócios do Clube. Mas, quando casam e lhes nasce o primeiro filho, começam logo a pensar que gostaria de pôr o filho na natação e é melhor fazerem-se sócios do Clube. E, também, por causa de outras actividades.

A comunicação com os sócios

«O SARGENTO» — Como é que o clube se dirige aos sócios e canaliza a informação das suas actividades?

Sarg. Mendes — Nós temos, essencialmente, três maneiras de contactar com

os sócios.

Uma, são os cartazes que distribuimos nas unidades para divulgar as actividades do Clube, isto para os sócios no activo.

Outra, é aquilo a que nós chamamos folhas de informação e que distribuimos nas unidades e também enviamos para casa dos sócios na reserva e na reforma.

Finalmente, duas ou três vezes por ano, editamos um boletim onde focamos mais as actividades desenvolvidas pelo Clube. Este boletim vai também para as unidades e é enviado aos sócios na reserva e na reforma.

«O SARGENTO» — A finalizar, tem alguma mensagem que julgue particularmente importante deixar aos sargentos, particularmente aos sócios do Clube do Sargento da Armada?

Sarg. Mendes — Sim. Lanço um apelo a toda a massa associativa do Clube para que reforce a sua unidade em torno do CSA, porque essa é uma condição determinante para ganharmos o desafio que está lançado. Sabemos que há quem procure semear a divisão entre esta grande família. Não o podemos permitir.

Compreendemos, porque também o sentimos, que é um grande esforço que estamos a pedir. Mas não ficaremos de braços cruzados, como alguns que dizem compreender as dificuldades mas que nada fazem. Estamos confiantes no êxito porque não viramos as costas às dificuldades; porque, vencido este desafio, teremos provado que não tinham razão aqueles que se desligaram e desinteressaram do futuro do Clube, face à contrariedade provocada pelo processo de despejo (talvez julgando prever o fim do Clube).

Vamos vencer os desafios que temos pela frente e o Clube resultará mais forte e mais dinâmico e estreitará ainda mais os laços que o ligam aos sócios e à classe.

Não se pode falar de reestruturação na Força Aérea (FAP) sem abordar as alterações introduzidas no edifício legislativo militar, designadamente as leis orgânicas do MDN, EMGFA, Marinha, Exército e F. Aérea recentemente promulgadas.

Do conjunto destes cinco diplomas resulta claramente uma concentração do poder político-militar no MDN, do poder militar operacional no EMGFA e uma nítida redução de autonomia dos ramos, na perspectiva de os esvaziar da capacidade e dos meios operacionais, limitando-os à instrução e administração de nível executivo.

De resto, os ramos ficarão ainda mais desfalcados quando se verificar a integração nas áreas da formação, saúde, recrutamento e selecção, infra-estruturas e abastecimentos que ficarão na competência executiva de órgãos comuns sob o «comandamento» centralizador do MDN.

Este parece ser o primeiro passo da profissionalização total (ou quase total) das Forças Armadas de forma a permitir, mais facilmente, a sua integração em forças multinacionais.

Afinal, palavras como «reorganização/reestruturação/racionalização/reequipamento» escondem objectivos bem menos estruturantes para Portugal e bem mais exigidos pelo poder da Europa Central.

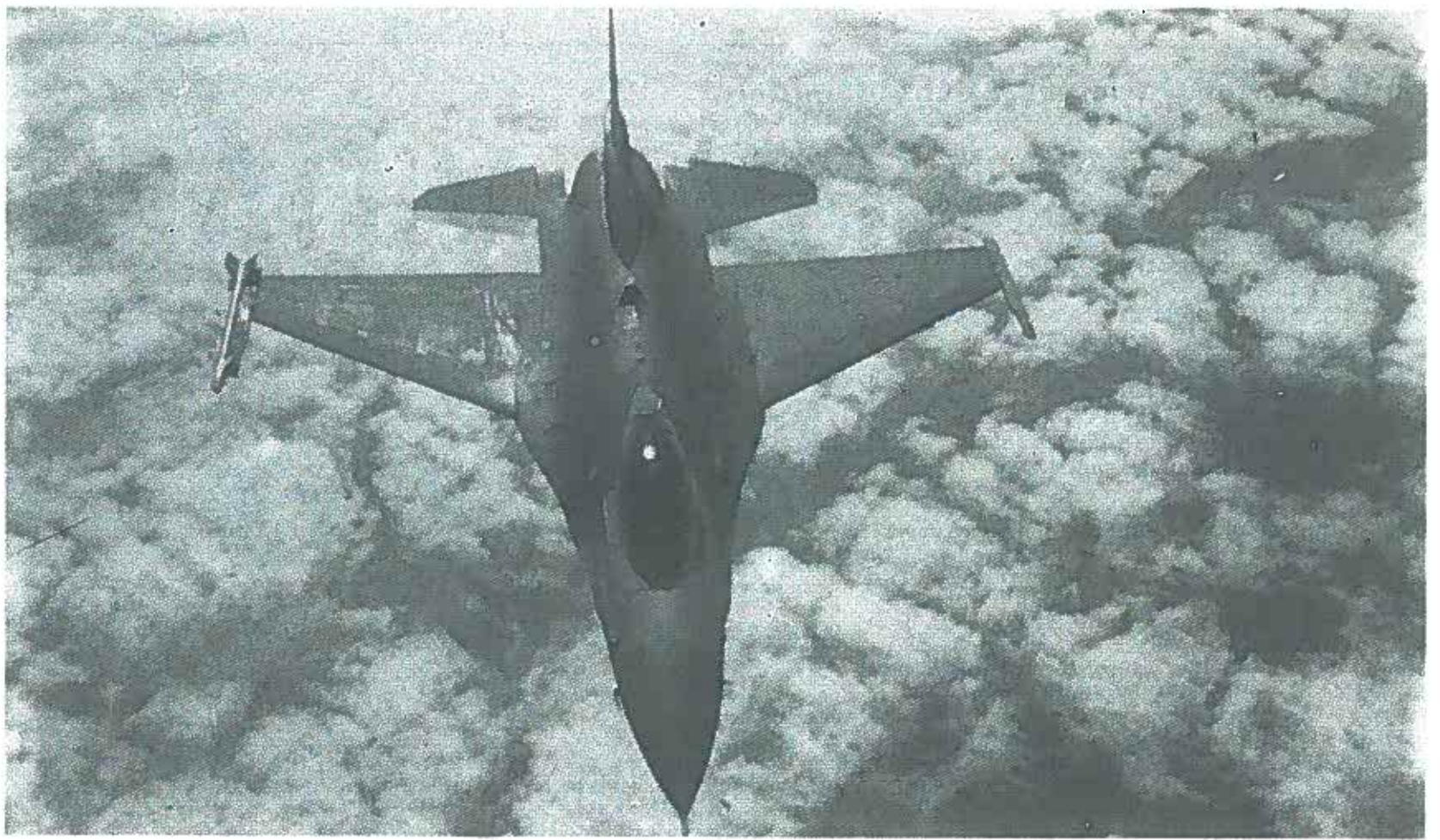
No caso da FAP o processo de reestruturação não tem conseguido inverter a situação de plano inclinado em que este ramo se encontra, resultado de uma gestão, que ao longo de mais de uma década, se mostrou pouco clara, onde a competência e transparência de métodos não tem sido nota predominante, designadamente no que se refere à planificação, aplicação e controlo de recursos humanos, materiais e financeiros, pondo em causa a capacidade de resposta no que respeita a meios aéreos disponíveis.

Iniciativas governamentais como as alterações à Lei do Serviço Militar (e posterior regulamentação do tempo de serviço) e a Lei 15/92 (a chamada «lei dos coronéis») não deixarão certamente de agravar a situação precária em que se encontra este ramo.

Recrutamento

A FAP foi o único ramo das FA's a não querer o prolongamento do SEN, desconhecendo-se as razões que levaram o CEMFA a assumir tal responsabilidade.

Embora os 4 meses sejam destinados a praças de serviço interno, este tipo de recrutamento exige que o ciclo da preparação militar geral seja quase contínuo ao mesmo tempo que limita a alimentação do QP de sargentos e a capacidade de oferecimento para os regimes de voluntariado e contrato.



FORÇA AÉREA REESTRUTURAÇÃO EM VOO RASANTE

Sendo conhecido, por exemplo, que para praças (regime de voluntariado) das especialidades de «bombeiro, polícia e condutor» a percentagem de preenchimento das vagas é muito pequena (cerca de 10%), como vai a FAP solucionar o problema, tanto mais difícil de solucionar quanto o SEN de 4 meses não o facilita?

O mesmo se passa no regime de contrato, onde os problemas são particularmente graves nas especialidades de apoio directo à frota (área dos mecânicos), tanto mais grave quanto estão previstas novas frotas, sobretudo o F16, que necessitam de algumas centenas de praças.

Carreiras/ quadros

Os novos quadros, em fase de aprovação, prevêem a di-

minuição de efectivos nos postos de capitão, tenente, alferes, primeiro e segundo sargentos, o que originará a suspensão do ingresso nos quadros permanentes. De resto, é conhecida a intenção de suspender os cursos de formação de sargentos (CFS) e de oficiais (bacharelato) até ao final do século.

Esta medida provocará o rápido envelhecimento da força, poderá conduzir à situação (já verificada no passado) de haver necessidade de ingressos maciços e, daí, provocar bloqueamentos futuros no normal desenvolvimento das carreiras. De resto, a suspensão do CFS acarretará a diminuição da aptidão das praças pelo regime de contrato.

Neste quadro, será ou não garantido nos próximos anos o princípio estatutário do direito à progressão na carreira?

Dado que as estruturas existem, a serem restringidas as promoções haverá necessidade de desempenho de funções de posto superior. Como será feita a atribuição dessas funções, sem prejuízo do normal desenvolvimento da carreira para a maioria dos militares?

Aguarda-se, por isso, com redobrada expectativa, os meses de Junho/Julho, data em que o CEMFA se comprometeu a fazer as promoções a sargento-ajudante (mais de uma centena), chefe e mor.

Dispositivo/ sistema de forças

No caso da recém-promulgada lei orgânica da FAP ressalta o facto de a estrutura operacional ficar «fora» dos níveis dos comandos funcionais (Pessoal e Logís-

tica) como «elemento da componente operacional do sistema de forças nacional».

Neste quadro surgem preocupações, legítimas, sobre o que será no futuro a unidade de comando, a coesão e o espírito de missão. Igualmente se questiona o futuro da linha de comando, onde se confundirá a linha política com a militar.

Quanto ao dispositivo, está a verificar-se a sua retracção com o desactivar das BA2 e BA3, ao mesmo tempo que se estuda a possibilidade de em algumas unidades (caso do Montijo) poderem vir a ser instalados terminais de carga.

A BA11 (Beja) tende a ser a grande unidade da FAP, onde serão instalados ainda este ano 20 aviões Alfa-Get, vindos da Alemanha.

A propósito, importa falar das enormes preocupações que a vinda destes aparelhos está a suscitar. É que muita

gente ainda não esqueceu as condições em que foi negociada a vinda dos Fiat (também da Alemanha) e dos A7p.

No caso dos Alfa-Get, já não se fabricam sobressalentes e os alemães estão a consumir os que ainda existem.

Para Portugal e, na falta de sobressalentes, virão mais 20 aviões (que já não voam) para serem canibalizados (o que de resto parece ser a vocação da FAP), não se sabendo como e quem fará a manutenção de 3.º escalão.

Para terminar, acrescentar que os manuais do Alfa-Get virão em alemão e que os cursos serão dados em alemão com tradução para inglês...

Por tudo isto (e pelo muito que fica por dizer) não se avizinham melhores dias para a nossa Força Aérea e, em particular, para a classe de sargentos: **QUE SE CUIDEM!**